

O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO E SUA INSERÇÃO NO BOJO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Jaqueline de Melo Barros

E-mail: jaqueline.barros@uniube.br

Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Coordenadora e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama.

Luana Braga

Assistente Social graduada pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília. Docente do curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba. Assistente Social do Sanatório Espírita de Uberaba.

...continua...

RESUMO

O papel do Serviço Social e conseqüentemente o trabalho do assistente social no contexto do capital contemporâneo tem dominado os debates no cenário brasileiro, tendo como pano de fundo o processo de aprofundamento da crise capitalista, traduzida na crescente onda de apropriação do trabalho coletivo, na centralização do capital financeiro e na especulação. No centro deste furacão, o serviço social emerge como uma especialização do trabalho coletivo que, tradicionalmente se conecta com as forças oriundas da classe trabalhadora na defesa da manutenção dos direitos sociais, trabalhistas, civis e lutam ainda, para sua ampliação. Como uma especialização do trabalho coletivo, o assistente social se inscreve na cena contemporânea da (re)produção da vida social e inclusive do próprio capital pela sua própria essência enquanto trabalhador. Neste debate, que propomos refletir sobre o lugar da profissão e seu lugar nesta conflituosa arena de interesses opostos.

Palavras-chave: Trabalho. Relações Sociais. Serviço Social.

Reginaldo Pereira França Junior

Assistente Social graduado pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor do curso de Serviço Social da UNIUBE e assistente social do Sanatório Espírita de Uberaba

Valquiria Alves Mariano

Assistente Social graduada pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, Mestre em Serviço Social pela UNESP-Franca. Gestora do Curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba

INTRODUÇÃO

No atual cenário contemporâneo, faz necessário apontar elementos críticos sobre a inserção do Serviço Social e do assistente social no contexto da (re)produção das relações sociais no contexto da sociedade burguesa que, se apresenta a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho (NETTO, 1991), aqui concebida a partir da parcialização do trabalho coletivo, que se configura na estrutura da sociedade capitalista centrada no trabalho e consequentemente, na acumulação. Assim, a sociedade do capital apropria-se da força de trabalho, possuindo os meios de produção necessários, alocando as primitivas formas de fabricação de mercadorias para o chão de fábrica.

Aliado a este processo, há a necessidade de articular a relação do trabalho coletivo ao processo denominado de reestruturação produtiva, advindo do processo de liberalização da economia e, deste emerge as modificações na relação capital x trabalho, incidindo diretamente no cotidiano da classe operaria e, por conseguinte, no processo de trabalho do assistente social.

Analisando pelo vetor do arcabouço da teoria marxiana, os processos advindos da reestruturação produtiva e dos processos dentro das novas configurações do mundo do trabalho, dentre eles a nossa inserção no mundo do trabalho coletivo.

1 O CAPITAL, A SOCIEDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL

Compreender a função social do serviço social na sociedade capitalista significa, inicialmente, situá-lo como partícipe da reprodução das relações de classes e, principalmente, o relacionamento contraditório entre elas, além de conceber as relações sociais como reprodução da vida material e do modo de produção capitalista, ultrapassando a reprodução no seu sentido amplo, incluindo produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias, tido como um processo. Assim, “este processo visa, ao final, a produção não mais de um valor de uso, mas de uma mercadoria que possa ser trocada no mercado por um valor superior àquele investido de capitalista” (GUERRA, 1995, p. 105).

É necessário entender a profissão a partir das condições sócio-históricas determinadas, tendo como perspectiva de análise uma discussão ampliada, que seja capaz de compreendê-la no âmbito das relações sociais diante da reprodução das forças produtivas. A partir desta vertente de análise, fundada na perspectiva dialética marxista, matriz esta que proporciona um vetor crítico-analítico às questões tão caras ao Serviço Social.

Neste sentido, refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua totalidade; envolvem, também, a reprodução da produção espiritual, ou seja, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, por meio das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.

Desta maneira, Marx apud Iamamoto e Carvalho, (1998, p. 30) afirma que:

[...] As relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com caráter distintivo particular [...]. O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa.

O que nos permite analisar que as relações sociais são a reprodução da totalidade do processo social, em que a reprodução de determinado modo de

vida envolve o cotidiano da vida em sociedade, ou seja, a sociabilidade. Por seu turno, sociabilidade pode ser interpretada a partir da análise marxiana sobre o funcionamento da sociedade contemporânea, fundada nos princípios do capitalismo, concebida como um conjunto de acontecimentos, fatos, história, concretude, abstração que, funda um conceito mais amplo de sociedade. Esta sociabilidade somente pode ser interpretada a partir do viés capitalista.

Podemos entender, ainda, as relações sociais no contexto da relação capital-trabalho, no sentido antagônico, em que em um polo existe o capitalista como expressão da compra da força de trabalho e, no outro polo o trabalhador que dispõe apenas da sua mão de obra para venda. Além de configurar-se pela apropriação privada dos meios de produção e pela concentração da propriedade privada nas mãos da burguesia. É preciso destacar que, por relações sociais, não se entende como a relação entre seres humanos e, sim, as relações capitalistas de produção, estabelecidas a partir de um contexto social determinado: a apropriação dos meios de produção e a exploração da força de trabalho.

Diante da complexidade deste processo, pressupõe considerar a profissão sob dois ângulos indissociáveis entre si, e, ao mesmo tempo, interdependentes. Seja ela como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso/conteúdo teórico-ideológico sobre o exercício profissional; seja pela atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

Essa complexidade analisada por Yamamoto e Carvalho (1998) sinaliza a contrariedade das duas dimensões, podendo, ainda, haver uma defasagem entre as condições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer. Noutras palavras, ocorre uma defasagem entre intenções expressas no discurso e no próprio exercício deste fazer, mais conhecido como discurso dicotomizador da relação teórico-prática.

Considerando a contradição presente nas dimensões citadas, anteriormente, faz-se necessário retomar a polarização dos interesses das classes envolvidas, tencionados imediatamente pelo rebatimento das lutas de

classes, que não podem ser analisadas isoladamente; ao contrário, precisam ser compreendidas num contexto das condições objetivas e subjetivas.

Desta forma, o Serviço Social precisa ser apreendido como elemento participante tanto do processo de reprodução dos interesses do capital, quanto das respostas da classe trabalhadora, o que nos permite afirmar que o mesmo participa do movimento contraditório da reprodução e continuidade da luta de classes.

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998, p. 75).

Tal reflexão não visa defender uma posição conciliadora do assistente social, e, sim, refletir sobre o caráter mediador da profissão, considerando que não podemos conciliar interesses antagônicos. Interesses esses que integram o movimento de reprodução do capital, que dá continuidade na e da organização dessa sociedade, seja pela criação, seja pela apropriação do trabalho excedente, sob a forma de mais-valia, que recria, também, em escala ampliada, os antagonismos de interesses objetivos inerentes às relações sociais, por meio dos quais se efetiva a produção.

Essa tradicional posição conciliadora atribuída ao assistente social e que foi tão bem trabalhada por Martinelli nos idos dos anos 1980, rebate no seio profissional por meio de uma insistente retomada conservadora das alas mais tradicionais, - que por sinal, estão absortas em um processo inexorável de desmobilização, pelo fato de que a profissão se renova e seus quadros teóricos e conceituais não comportam mais a incessante permanência de pensamentos e práticas conservadoras em seu meio. Esta retomada conservadora ainda reatualiza a ideia de identidade atribuída¹, que é reforçada pela lógica

¹ Maria Lúcia Martinelli nos fins da década de 1970 e início dos anos 1980, realiza uma profunda análise sobre a identidade do serviço social e do trabalho do assistente social dentro de um contexto mais amplo, ou seja, a partir da sua inserção no mundo capitalista. A tese de Martinelli foi aos poucos sendo superada pela análise histórico-metodológica de outros autores contemporâneos e que, ao longo dos anos interpretaram que a identidade atribuída era tão somente um processo ideológico, com vistas a reforçar na profissão as ideias conservadoras e tradicionalistas. A obra de Martinelli é inegável, porém, já fora superada.

neoliberalizante, reduzindo os assistentes sociais a meros reprodutores da ideologia capitalista no processo de produção e reprodução social.

Esta ideologia é uma constante na profissão, visto que nossa inserção no mundo capitalista nos possibilita sentir esses reflexos, porém, cabe destacar urgentemente sobre nosso compromisso expresso no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação e no Projeto Societário, que elenca todo um conjunto ético e político da profissão, oferecendo um direcionamento das nossas ações cotidianas, com vistas a superar todo esse conjunto conservador, que atribui ao assistente social à pesada herança de privilegiar e se aderir à camada mais elitizada da sociedade brasileira.

Diante destas condições, o Serviço Social insere-se na dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, que são determinadas pelas conjunturas sócio históricas e pela própria constituição do capitalismo como sistema social. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante (IAMAMOTO, 2008).

Fundado neste contexto complexo e contraditório, situamos a atuação do assistente social profundamente polarizada por interesses antagônicos, pois, é forçoso inferir que o serviço social mantém um estatuto de compromisso com as demandas da classe trabalhadora, porém, no outro polo, mantém alianças com os detentores dos meios de produção, ou seja, o capitalismo. Aqui, entendem-se como detentores dos meios de produção todos aqueles mandatários institucionais que compram a força de trabalho dos assistentes sociais, independente de ser público, privado ou filantrópico. A relação é a mesma.

Esta situação por si só conflituosa, aliada a um profundo conhecimento teórico da dialética (fundamento crítico) determina ao assistente social uma capacidade indispensável: a mediação. Pontes (2003, p. 210) aponta que a mediação é uma das “chaves para que o profissional desenvolva sua

intervenção com êxito – sempre tomando como referência o projeto ético-político crítico da profissão – a (re)construção ontológica de seu objeto de intervenção profissional”.

Aliado ao conhecimento teórico-metodológico oferecido na academia em seus diversos níveis, o compromisso ético-político oriundo de uma profunda análise teórica, conectado a um nível de politização e aderência aos valores emanados da classe operária.

Deste modo, afirma ainda Pontes (2003, p. 210) que deverá partir do trinômio singularidade/universalidade/particularidade, buscando entender o espaço de intervenção do assistente social como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais, constitutivas dos complexos sociais.

Este complexo pode ser entendido como os níveis de complexidade da vida social e, cabendo ao assistente social uma análise detalhada, deve partir de uma tríade: singularidade, universalidade e particularidade.

2 O PROCESSO DE RELAÇÕES SOCIAIS E A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS

O Serviço Social e o trabalho profissional do assistente social desde seu processo de institucionalização sempre esteve profundamente conectado à esfera de prestação de serviços sociais, que são os bens colocados pelo Estado à disposição da população usuária. Tradicionalmente, o assistente social foi chamado a mediar duas esferas completamente antagônicas e distintas: a necessidade e a disponibilidade.

A esfera da necessidade está relacionada a todo um conjunto social, da qual a pobreza, a exclusão social é resultado. Seu agente sustentador é conhecido como “questão social”, expressão essa advinda do processo de acumulação de capital, ou seja, a relação capital x trabalho. A questão social motiva a busca dos trabalhadores empobrecidos à iniciativa pública e às instituições filantrópicas na tentativa de satisfazerem imediatamente suas necessidades básicas mais urgentes. Esfera da disponibilidade é a condição da qual é ofertado bens e serviços sociais a toda demanda posta que, invariavelmente, exigem dos serviços sociais respostas imediatas e

condizentes com sua necessidade, porém, a realidade diverge profundamente, pois, o Estado se retrai na medida em que a demanda se avoluma, criando um dificultador enorme na fruição da cidadania: a disponibilidade.

2.1 AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-METODOLÓGICAS DA PROFISSÃO

A base de gestação do serviço social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, encontra-se medularmente conectada ao desenvolvimento das forças produtivas presentes no sistema capitalista de produção. É notória toda a discussão em relação ao processo de gênese da profissão, mas cabe-nos, atentos à tradição marxiana, realizar uma abordagem histórico-metodológica.

Emergido a partir da consolidação do sistema social de produção, permeado por interesses de classes claramente antagônicos, a profissão se institucionaliza no marco da regulação estatal das políticas sociais públicas como resposta do Estado frente à situação de pauperização da classe trabalhadora por parte da classe que detém os meios de produção, advindo desse contexto as expressões da questão social, objeto de nossa intervenção profissional.

O processo de industrialização fez com que houvesse a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial, ocorrendo modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas determinadas. É nesse contexto em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas, a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 2008).

Ao destacar a centralidade da classe trabalhadora no contexto das relações sociais de produção, na atual quadra histórica, faz com que seja urgentemente necessário definir que: existem dentro de um mesmo significado do trabalho aqueles trabalhadores formais, trabalhadores informais, e o lumpesinato.

O exército industrial de reserva é uma estratégia da ideologia neoliberal para regular o funcionamento sócio metabólico do capital, a fim de criar condições ideopráticas de interferência no mundo do trabalho. Nas palavras de lamamoto e Carvalho (1998, p. 78)

[...] À medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação, modificam-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho. Modifica-se concomitantemente, o posicionamento das diversas frações da classe dominante e suas formas de agir face à questão social, no que entram em cena os interesses econômicos específicos desses grupos e a luta pelo poder existente no seu interior.

A contradição fundamental do capital se expressa na desigualdade inerente à organização vigente deste sistema societário: o trabalho social e a apropriação privada dos meios e condições dos frutos do trabalho, que se traduz na valorização ideológica e financeira crescente do grande capital e no crescimento oposto da miséria relativa da classe trabalhadora.

Podemos citar que, dentre as organizações institucionais que mediatizam o exercício profissional, cabe um papel central ao Estado, por ser, tradicionalmente, um dos maiores empregadores de assistentes sociais, no Brasil.

O Estado emerge como um mediador da compra e venda de força de trabalho do assistente social, pois, mesmo se configurando como uma profissão liberal, afirmada na Lei Federal 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) ela não se figura no imediato como tal. Tal explicação encontra-se fundamento na discussão apontada pela renomada autora do Serviço Social Yolanda Guerra, pois, é no Estado e nas Instituições que a profissão materializa as formas instrumentalizadas de exercitar suas funções sociais determinadas.

Sendo uma profissão com forte cariz intervencionista, o Serviço Social não detém de todo as formas de materializar sua prática, pois seu suporte se sustenta nas políticas institucionais, ou seja, não basta apenas ter clareza e conhecimento teórico, alia-se a isso uma forte capacidade de dispor de bens e serviços sociais à população usuária.

Ao considerar o Estado, é necessário acentuar sua importância decisiva na reprodução das relações sociais, na sua condição de legislador e de

controlador das forças repressivas. Esses dois braços do Estado são mutuamente complementares na tarefa de assegurar o poder, e a ordem estabelecida, conforme os interesses dominantes. É por meio dele que, tradicionalmente o assistente social opera as políticas públicas de enfrentamento às mais variadas expressões da questão social.

O Estado funciona como se fosse um cartório privilegiado dos interesses do capital, sem deixar, porém, de atender às requisições da classe trabalhadora, tornando-se uma instituição extremamente polarizada entre interesses contraditórios. Se o poder de Estado exclui as classes dominadas, não pode desconsiderar totalmente suas necessidades e interesses como condição mesma de sua legitimação. Deste modo, o poder estatal vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes empobrecidas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe dominante. Na contemporaneidade, o trabalho do assistente social se insere numa estreita relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada e mediatizada pelo dinheiro.

A força de trabalho em ação é a fonte de toda riqueza social. À medida que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação das condições sociais indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração de mais-valia e, por conseguinte, extração de lucro.

O profissional de Serviço Social é, aqui, também considerado na sua condição de intelectual, considerando nossa inserção em um contexto em que somos profissionais dotados de alta qualificação intelectual. Trata-se do organizador, dirigente e técnico, que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado, ou seja, o seu reconhecimento como trabalhador que na condição de assalariamento, vende sua força de trabalho, que é tida como intelectual, expressando-se sua mediata circunscrição na divisão social e técnica do trabalho.

O assistente social, que na sua qualidade de intelectual tem como instrumento básico a linguagem, poderia ser caracterizado no contexto do capital. Historicamente, não constitui atividade proeminente para essa

categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma, em sua evolução, como uma categoria voltada para a intervenção na realidade, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar sua prática.

2.2 OS SERVIÇOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE E SEU SIGNIFICADO

Os serviços sociais nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade – e, em especial, aos trabalhadores que deles mais fazem uso – sob a forma transmutada de serviços sociais, ou seja, aquilo que é criado na forma de mais-valia e apropriado pelos donos dos meios de produção, na forma dos serviços sociais nada mais é que uma resposta ideopolítica da elite dominante frente às necessidades postas pela classe trabalhadora.

Como afirma Iamamoto e Carvalho (1998, p. 91)

[...] os diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas são a expressão de conquistas da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, que são consubstanciadas e ratificadas através de legislação social e trabalhista. A generalização dos serviços sociais expressa, portanto, vitórias da classe operária na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa, mais do que a manifestação de um possível espírito solidário e humanitário de um caricato Estado de Bem-estar Social. No entanto, existe uma outra face da mesma questão que deve ser ressaltada: ao defrontar-se com o processo de organização da classe operária, o Estado e as classes patronais incorporam e encampam como suas, uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência face ao capital e a afirmação de seu papel como classe na sociedade.

As expressões de luta de classe se transformam em objetos de assistência social, e os serviços sociais que são expressão de direitos sociais dos cidadãos, transmutam-se em matéria-prima da assistência, que, por sua vez, torna-se palco, juntamente a questão social, do trabalho do assistente social na cotidianidade.

A política social é uma expressão das necessidades de um determinado grupo, diametralmente oposto aos da classe dominante, que tem, na figura do Estado, seu regulador que, polarizado por interesses antagônicos, denota uma condição claudicante que, ora atende as determinações da elite, ora as necessidades daqueles que necessitam da sua intervenção. Já é notória a discussão entre a esfera da necessidade da classe trabalhadora e as estratégias ideológicas da elite, em fazer com que a política sócio-assistencial demonstre seu caráter conflituoso na amenização de conflitos entre classes. Faz-se necessário enfatizar que a prestação de serviços sociais possui, sim, um caráter ideológico de dominação, porém, atende mesmo que minimamente, as necessidades sociais daqueles cidadãos a quem dela necessita.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

As discussões trazidas anteriormente fazem uma inflexão da profissão, as quais trazem o desvelamento do Serviço Social a partir de sua inserção na sociedade e, em particular, a partir da divisão do trabalho. Divisão que, de um lado provoca o desenvolvimento das forças produtivas, por outro propicia um crescente distanciamento entre homem e natureza.

Entendemos a divisão sócio-técnica do trabalho sob uma perspectiva marxiana, a qual inclui a divisão das condições de trabalho, instrumentos e materiais.

[...] Com essa divisão, o fracionamento entre o capital e trabalho, bem como as diversas formas de propriedade. Quanto mais a divisão do trabalho aperfeiçoa, mais a acumulação aumenta e mais esse fracionamento se acentua também de maneira marcante. O próprio trabalho só pode subsistir sob condição desse fracionamento (MARX e ENGELS, 1989, p. 89 apud GUERRA 1995, p. 162).

Diante destas análises, precisamos pensar a institucionalização do Serviço Social a partir da polarização de interesses das classes contrapostas, e como parte integrante desse processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade.

O entendimento deste movimento dialético possibilita ao assistente social colocar-se em defesa de um projeto societário da classe trabalhadora, afinal, mesmo que a profissão seja constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas, ou seja, participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente.

Isso sem esquecer-se da condição fundamental de atuar enquanto uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, e situar-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora (IAMAMOTO, 1995, p. 100).

A profissão, por sua vez, intervém na criação de condições que venham a favorecer a reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho educativo, exercida por esses agentes profissionais.

Neste sentido, o acesso aos recursos sociais por meio dos equipamentos coletivos, por mais que sejam instituídos e mantidos pela ideologia dominante, torna-se uma interface de luta, face aos direitos já conquistados, que necessitam de embate e luta e pensados como forma de resistências às estratégias do capital.

A partir disso, a utilização dos serviços sociais é pensada sob a ótica capitalista, como mecanismos de socializar parcelas dos custos de reprodução da força de trabalho, como forma de elevar os níveis de produtividade do trabalho, tendo um caráter complementar à reprodução da força de trabalho a menor custo, ao passo que para os trabalhadores assalariados, esses serviços são, também, complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho.

Assim, é preciso entender tais serviços em seu contexto sócio histórico, atentando às múltiplas expressões da questão social. Considerando sua natureza, tais serviços permitem, no máximo, a redução da exploração dessa relação capital-trabalho e jamais uma condição de eliminar tal exploração.

Esses mecanismos expressam a ideologia dominante a medida que sua ambiguidade permite reestruturar suas bases de sustentação, tanto ideológicas, quanto sociais, no sentido de que reproduzir a riqueza material e o próprio modo de produção capitalista. Por essa razão, o Serviço Social é chamado, por ser considerado um instrumento auxiliar e subsidiário, juntamente, com outros, que também atuam diante de uma base política, buscando maior abrangência na concretização de requisitos de enfrentamento as bases dominantes.

Embora constituída para servir os interesses do capital, a profissão não reproduz monoliticamente necessidades exclusivas do capital: participa também das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, enfrentadas, seja coletivamente, através dos movimentos sociais, seja na busca de acesso aos recursos sociais existentes, através de equipamentos coletivos que fazem face aos direitos sociais (IAMAMOTO, 1995, p. 100).

É preciso ter claro que a burguesia tem na figura do Estado um órgão de dominação de classe por excelência, o qual também exerce o controle e difunde a ideologia dominante com o objetivo de obter a ordem por meio do consenso. Por essa razão, a sociedade permanece em constante movimento, os quais se expressam na luta pela hegemonia.

A luta pela hegemonia se dá no campo ideológico, lembrando que o Serviço Social atua diretamente nesse campo de produção e reprodução social, expressa no cotidiano da vida dos homens, em que o cotidiano, por sua vez, se verifica não só a reprodução de suas bases, mas, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora. O cotidiano é o solo da produção e reprodução das relações sociais.

Esse espaço é marcado pelo caráter pessoal do profissional, seja pela relação com o usuário, e/ou sujeitos envolvidos, marcados pelos novos métodos de organização da produção e do trabalho, sendo estes indissociáveis de um modo de viver, de pensar e sentir a vida, sendo que a obtenção de resultados efetivos, em um campo, está intimamente associada ao êxito no outro.

Essa nova regulação da produção ultrapassa o controle do trabalhador no interior da fábrica, ela implica novos tipos de socialização do trabalhador, os

quais afetam seu cotidiano, sua família, e todo seu modo de vida. A invasão da vida privada do trabalhador tem, ainda, à sua disposição, um aparato estatal como forma de coerção.

CONCLUSÃO

Dentro deste panorama de relações de poder, o Serviço Social precisa compreender a institucionalização e a demanda posta à profissão pela classe capitalista, como uma das tecnologias colocadas a serviço da reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante para a classe trabalhadora. Assim, o assistente social pode limitar-se a responder às demandas da classe burguesa, confirmando-lhe sua adesão ou na contramão, lançar-se no constante esforço coletivo junto à categoria aliados a outros profissionais, reforçar o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e renovando seus princípios éticos.

ABSTRACT

The Role of Social and consequently the work of social workers in the context of contemporary capital has dominated discussions on the Brazilian scene, taking as background the process of deepening capitalist crisis, reflected in the rising tide of settlement of collective work, the centralization finance capital and speculation. In the center of this hurricane, social service emerges as a specialization of the collective work that traditionally connects with the forces coming from the working class to defend the maintenance of social rights, labor, civil and still fight for its expansion. Specialization as a collective work, the social worker falls in the contemporary scene of (re) production of social life and even the capital itself by its very essence as a worker. In this debate, we propose to reflect on the place of the profession and its place in this contentious arena of conflicting interests.

Keywords: Labour. Social Relations. Social Service.

REFERÊNCIAS

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaio crítico*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. M. V e CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *O serviço social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Revista serviço social e sociedade*, São Paulo, n. 84, nov. 2005.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p.41-49, 2001.

PONTES, Reinaldo. *Mediação e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2003.

YASBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: CEAD; UNB (Org.). *Capacitação em serviço social e política social*, Brasília, v., p. 87-99. 1999.

Martinelli, Maria Lucia. *Serviço social: Identidade Alienação*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.